

Discurso e mídia: totalitarismo e linguagem totalitária

Hugo Mari*
Eliara Santana**

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre as bases da emergência de uma linguagem — ou de linguagens — totalitária(s), tomando o contexto da crise sociopolítica que se intensifica no Brasil a partir de 2016. Para estruturar essa reflexão, partimos da abordagem de Hannah Arendt sobre totalitarismo e de autores do campo da linguagem e do discurso que discutem as relações que se estabelecem entre linguagem e poder, tomando a mídia como instância relevante nesse processo e o sistema de propaganda como instrumento primordial dessa linguagem. Portanto, se se pode pensar no espectro de uma linguagem totalitária, que características a definem? Quais as bases que a sustentam e em que contextos pode emergir? E, sobretudo, qual o papel da mídia nessa configuração?

Palavras-chave: Mídia. Discurso. Poder. Linguagem. Totalitarismo.

Discourse and media: totalitarianism and totalitarian language

Abstract

This article intends to reflect about the bases for the emergence of a totalitarian language (or languages), having as context the socio-political crisis that has intensified since 2016 in Brazil. To organize our research purpose, we started from Hannah Arendt's notion of totalitarianism and expanded it to other approaches by authors from the field of language and discourse, who discuss language and power relations. It's our premise that the media acts as a relevant instance in this process and the propaganda system functions as the primordial instrument of totalitarian language. Thus, if thinking about a totalitarian language is possible, which characteristics define it? What are the bases that sustain this kind of language and in what kind of contexts can it emerge? And, above all, what is the role of media in this context?

Keywords: Totalitarian language. Totalitarianism. Media. Political discourse.

Recebido: 20/06/2018

Aceito: 19/08/2018

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

Considerações iniciais

Entre esses dois domínios [formas de linguagem e formas sociais de produção], o único plano comum é a narração. Pois esta é a própria linguagem, ao menos a linguagem em ato e contando seu objeto. E ela é a própria história porque não há história sem as formas de sua narração. Nesse plano, coincidem a obsessão histórica e a atenção linguística do mundo: a narração é a linguagem somada à história (FAYE, 2009, p. 112).

Refletir sobre as relações entre poder e linguagem e a emergência de uma linguagem totalitária, que se alicerça em um bem estruturado sistema de propaganda, implica também considerar o espaço da imprensa (tomando, neste caso, a imprensa corporativa) como um campo de ação social e um lugar de organização globalizante das relações de poder, das relações de força, em que a informação é um dispositivo discursivo que confere poder a quem o domina. A propaganda dos movimentos totalitários, nos diz Arendt (2012, p. 277), “que precede a instauração dos regimes totalitários e os acompanha, é invariavelmente tão franca quanto mentirosa”.

Nas experiências totalitárias recentes, no século XX, a propaganda — compreendida de modo mais amplo, como um sistema — emergiu configurando-se no instrumento mais importante do totalitarismo. Nesse sentido é que, buscando compreender as bases de origem desse regime, queremos buscar também compreender as bases da origem de uma linguagem totalitária, situando-a para além das experiências temporais de um regime de governos.

É possível considerar a emergência de linguagens totalitárias mesmo em situações de experiências de governo formalmente democráticos? E se tal contexto é possível, quais elementos nos permitem apontar essas linguagens como totalitárias, distinguindo-as de outras formas de linguagem? Essas são algumas das questões a que nos propomos discutir no desenrolar deste artigo.

1 Totalitarismo

Hannah Arendt toma a abordagem de duas experiências marcantes do século XX — nazismo e stalinismo — para tecer um estudo sobre as bases que vão caracterizar um regime totalitário, apontando o antissemitismo — o ódio extremo aos judeus — como um agente catalisador do nazismo, da deflagração da guerra e do extermínio nos campos de concentração. Na obra **Origens do totalitarismo**, a partir da discussão sobre esse regime, ela busca entender o que leva a humanidade a protagonizar acontecimentos como o genocídio dos judeus e faz uma discussão bastante ampla sobre o antissemitismo e suas bases, explorando diversas causas, além das considerações sobre o nazismo e o stalinismo. Arendt também explora questões como a presença dos judeus na Europa e faz uma reconstrução histórica sistematizada das bases do imperialismo, enfocando também o racismo, ou a ideologia racista, que, segundo a autora, reforça a ideologia imperialista.

O totalitarismo como tentativa de uma conquista e de um domínio totais emerge como resposta a uma ruptura da estrutura essencial da civilização, aos impasses políticos da humanidade no século XX. Emergindo do caos, “a vitória totalitária pode coincidir com a destruição da humanidade, pois, onde quer que tenha imperado, minou a essência do homem” (ARENDR, 2012, p. 7).

Como regime de governo, o totalitarismo pressupõe a ausência de outros poderes — o líder ou governante é a autoridade máxima, inquestionável —, e as estruturas de poder concentradas por esse dirigente exercem uma forma total de dominação. Tais estruturas estão alicerçadas, segundo Arendt, pelo binômio terror e ideologia — a imposição do medo e a consolidação de um sistema ideológico vigoroso — ao lado de um alijamento de outras estruturas institucionais. Além do que, os regimes totalitários, ressalta a autora, sempre se baseiam no apoio das massas — a ascensão dos

líderes totalitários, como Hitler, ocorre em um esquema de legalidade, sem que haja grandes rupturas. Além disso, apesar dos grandes enfrentamentos, esses líderes totalitários se mantêm no poder graças ao apoio e à confiança das massas, mas também despertando grande interesse das elites.

Nesse sentido, é relevante trazer à luz a reflexão sobre esse sujeito fundamental ao totalitarismo na perspectiva em que o faz a autora. Para ela, as massas desenvolvem “certo gosto” pela organização política, diferentemente do interesse das classes, que se manifesta em objetivos específicos e atingíveis.

O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. (ARENDR, 2012, p. 278).

Em relação às massas, a ascensão dos movimentos totalitários coloca fim a duas ilusões dos regimes democráticos: a) a de que o povo participava do governo e que todo indivíduo tinha um ou outro partido com o qual simpatizava; b) a de que as massas politicamente indiferentes não importavam, eram neutras e que formavam apenas “um silencioso pano de fundo para a vida política da nação”. (ARENDR, 2012, p. 279). Portanto as massas são elementos essenciais aos regimes totalitários, e, sem elas, não seria possível que tais sistemas durassem muito tempo. Como ressalta a autora:

As massas, contrariamente ao que foi previsto, não resultaram da crescente igualdade de condição e da expansão educacional, com a sua consequente perda de qualidade e popularização de conteúdo, pois até os indivíduos altamente cultos se sentiam particularmente atraídos pelos movimentos de massa. (ARENDR, 2012, p. 283).

No campo de um domínio totalitário, o medo e a impotência que vem do medo são princípios antipolíticos¹ e levam os indivíduos a ações contrárias a uma ação política. Segundo Arendt, sempre que o totalitarismo toma o poder, ele destrói as tradições políticas, legais e sociais dos países. E, dessa forma, o futuro se torna imprevisível, estando a sociedade sob o jugo de forças políticas “que podem a qualquer instante fugir às regras do bom senso e do interesse próprio — forças que pareceriam insanas se fossem medidas pelos padrões dos séculos anteriores” (ARENDR, 2012, p. 7).

Para compreender a base de funcionamento dos regimes totalitários, buscando situar seu desempenho também em termos de uma linguagem, queremos destacar dois aspectos na complexa abordagem de Arendt: ideologia (um dos elementos do binômio de sustentação do totalitarismo) e propaganda (que opera sistematizando a ideologia).

1.1 A ideologia

Como as massas não compreendem, segundo Arendt, a fortuidade de que a realidade é feita, temos a ideologia, no sistema totalitário, como a lógica de uma ideia, que se detém sobre o que vem a ser, e não sobre o que já é, que se orienta na direção da história e que tem a pretensão de uma explicação total, completa, para os acontecimentos históricos. A ideologia compõe-se, portanto, a partir do esquema “explicação do passado - conhecimento do presente - previsão do futuro”. E assim se constrói uma ideia totalizante, globalizante, podemos pensar, que fecha um ciclo do acontecimento — o pensamento ideológico concebido pela égide do totalitarismo é capaz de esgotar a explicação de um dado acontecimento. Dessa forma, portanto, é que esse pensamento descola-se de uma realidade que é perceptível pelos sentidos (ou pela experiência direta) para buscar uma realidade “mais verdadeira”.

¹ Esses dois elementos — medo e impotência que advém do medo — estão incorporados às linguagens totalitárias, sendo explorados no sistema de propaganda.

Importante frisar que, nessa concepção, a ideologia não é algo que transforma a realidade, no entanto, ela tem a função de “libertar o pensamento da experiência por meio de métodos de demonstração”. (ARENDR, 2012, p. 310). Podemos, então, pensar num funcionamento ideológico de base totalitária como o instrumento que descola o indivíduo da realidade vivida, experienciada, e o insere num arranjo que ressignifica o acontecimento, pelo rearranjo dos fatos (num esquema sempre lógico e coerente).

1.2 Um sistema de conquista das massas

A propaganda, compreendida como sistema, é um dos pontos estruturais centrais dos sistemas totalitários, capaz de dar uma roupagem e consolidar o binômio terror-ideologia. Um ponto essencial para se compreender a relação da propaganda com os sistemas totalitários — ou o uso que dela fazem —, de acordo com Hannah Arendt, é a compreensão de que as massas precisam ser conquistadas.

Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas — e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. (ARENDR, 2012, p. 27).

Nesse contexto, o elemento ou prática fundamental é a propaganda,² e, nos regimes totalitários, ela e o terror figuram lado a lado e parecem como “faces de uma mesma moeda”. Segundo Hannah Arendt, onde se instauram, os movimentos totalitários precisam recorrer à propaganda para que possam se dirigir a um público externo — as camadas não totalitárias da população e até outros países. Na tentativa de refletir sobre o funcionamento desse sistema, evidenciamos alguns aspectos mais característicos desse instrumento do totalitarismo, para, em seguida, procurar estabelecer um elo com a emergência de uma linguagem ou de linguagens totalitárias. Pela abordagem de Arendt, no decorrer da obra, podemos estruturar o que um sistema de propaganda, em regimes totalitários, contempla:

- a) Recusa em reconhecer determinadas questões - há, nos sistemas de propaganda totalitária, a recusa sistemática a se referir a determinados temas e/ou assuntos ou mencionar determinadas questões. Arendt não o faz, obviamente, mas podemos pensar, situando-nos no atual contexto sociopolítico do Brasil, num processo de silenciamento como política para apagar ou diminuir consideravelmente a importância de certas questões.
- b) Uso de insinuações veladas e indiretas contra os que “não deram ouvidos aos ensinamentos” pregados pelo regime em cena.
- c) A propaganda não se baseia no interesse por um assunto específico ou em interesses específicos, não se liga a um nicho político determinado. E assim opera porque, como demonstra Arendt, as massas não pertencem a corpos sociais ou políticos determinados, específicos, marcados. Portanto, se a propaganda se constrói de modo específico, enquadrando questões muito específicas, ela não terá efetividade para o convencimento das massas.
- d) Os líderes do sistema totalitário a que serve a propaganda são formatados sob o viés da infalibilidade e de uma condução moral ilibada. Situando essa abordagem no contexto sociopolítico atual do Brasil, um exercício para a compreensão desse apontamento é trazer à tona

² Nesse sentido, importante ressaltar que se trata de um sistema de propaganda, e não apenas uma forma de anunciar determinados atos ou ações. É um sistema complexo e bem estruturado.

certas figuras que assumem estatura proeminente, em razão de um suposto prestígio social das entidades às quais estão vinculadas, como é o caso do atual sistema jurídico e de certas extensões da mídia. Seus representantes, sempre propensos a julgamentos desqualificantes daqueles que se postam em campos divergentes, se arvoram a paladinos da retidão e da moralidade em relação a todas as formas de desvios, de malfeitos e de corrupção, criados por uma ótica do preconceito e da intolerância.

e) Há uma sistemática escolha dos temas abordados ou inflados pela propaganda.

f) Aperfeiçoamento do cientificismo - há vozes de autoridade que “comprovam” as teses divulgadas.

De acordo com Hannah Arendt, a eficácia desse sistema de propaganda se liga a um fator significativo e que é uma das principais características das massas modernas: o fato de elas não acreditarem na experiência, no real vivido. As massas modernas acreditam na imaginação, na imagem, ou, podemos arriscar, nas realidades artificialmente produzidas, fabricadas e projetadas pelo sistema de propaganda.

O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte. O que as massas se recusam a compreender é a fortuidade de que a realidade é feita. Predispõem-se a todas as ideologias porque estas explicam os fatos como simples exemplos de leis e ignoram as coincidências, inventando uma onipotência que a tudo atinge e que supostamente está na origem de todo acaso. (ARENDDT, 2012, p. 310).

A propaganda totalitária, portanto, ganha corpo e sustentação num processo de fuga da realidade, tomando sua força da capacidade — operando no campo ideológico — de isolar as massas do mundo real. Pela propaganda, as pessoas são deslocadas de um mundo real, experienciado, vivido, para uma ficção projetada.

2 Linguagem totalitária

A análise das relações entre linguagem e poder sempre ocupou o espaço de reflexão representativo no campo da Oratória e da Retórica; mais recentemente, vertentes diferentes, no campo discursivo, têm se ocupado dessa discussão, incluindo novos componentes, como, por exemplo, a ideologia, a busca de consenso. Por outro lado, apesar desse espaço dado ao seu estudo, sempre pairou certa ambiguidade na compreensão desse sintagma aditivo — Linguagem e Poder — afinal, estamos tratando do “poder da linguagem” ou da “linguagem do poder”? Lasswell, num texto intitulado “A linguagem do poder”, ainda resvala nessa ambiguidade ao considerar:

“Levando em conta esses poderosos fatores que condicionam os primeiros estágios de desenvolvimento do indivíduo, estamos prontos para compreender o importantíssimo papel desempenhado pela magia, inclusive pelas palavras mágicas, na história política do homem.” (LASSWELL, 1979, p. 13).

Muitos teóricos apontaram esse fascínio pelas palavras e chegavam a pensar que a história política poderia ser movida por um conjunto de palavras que tinham o teor de senhas e de contrassenhas para certas relações político-sociais. Isso talvez pudesse ser pensado como uma direção assumida por algumas formulações que associaram à linguagem um fazer político, dominado por uma suposta transparência de sentido das palavras e quase sempre ressaltado pela orientação direta de expropriação do seu sentido. Como registro inicial, destacamos um relato de Robin sobre certa concepção do uso

do léxico em análises no campo social:

O vocabulário seria assim uma espécie de etiqueta fixada sobre cada grupo político, na qual se desdobraria uma visão do mundo coerente, uma linguagem específica. Aliás, não seria necessário conhecer a posição política deste ou daquele; seu vocabulário bastaria para defini-lo, para designar-lhe um lugar específico no tabuleiro político. É assim que *se faz da palavra o índice de um comportamento político*. (ROBIN, 1977, p. 44).

Uma formulação dessa natureza precisa ser lida em duas dimensões: (a) não se pode descartar *in totum* uma correlação do léxico com certos posicionamentos políticos, ainda que seja necessário mostrar que isso não se dá de forma direta e imediata; (b) igualmente, não se pode assumir uma concordância de puro atrelamento, pois as palavras são meros esqueletos que assumem musculatura e vida, a partir do lugar de que são enunciadas. A própria Robin, no mesmo texto, vai fazer reparos à questão:

Longe de negar o lugar estratégico do léxico, longe de negar a ‘magia das palavras’, queríamos mostrar, entretanto, que a consideração dada ao léxico só pode ser feita depois de muitas voltas, através de muitas mediações, tão complexo é o estatuto da palavra no discurso. (ROBIN, 1977, p. 12).

Robin discute essa questão, valendo-se do que ela denominou de hipótese do isomorfismo — “cada grupo político seria assinalado pelo uso específico que faria de certas palavras” —, mostrando as dificuldades de sua sustentação. Essa hipótese representa, antes de tudo, uma avaliação do caráter hegemônico das Formações Discursivas e uma versão radicalizada para elas: “uma FD determina o que pode e o que deve ser dito e com as palavras que estariam nela inscritas”. Todavia, esse teor determinista implicado nessa hipótese está longe de refletir os valores efetivos que as palavras assumem em função de interesses que sobre elas são projetados. Não se trata de negar certa dimensão do determinismo, mas não há como pensar uma hipótese dessa natureza para o mundo político, por se tratar de um universo movido por projetos escusos, por relações de poder acirradas, por interesses econômicos nefastos. Como supor que um instrumento de mediação como a linguagem — materializado em palavras — possa cumprir um papel tão previsível nesse palco de relações nada previsíveis, nem declaradas? É por razões dessa ordem que Robin foi incisiva em denunciar a hipótese do isomorfismo em termos de uma dupla ingenuidade: uma de teor linguístico e outra de teor político.

Por ingenuidade linguística, teríamos de admitir que os usuários fossem incapazes de transitar pelo discurso do outro, quando esse discurso lhe fosse favorável, ou mesmo que não possam sustentar um discurso que não fosse o seu, ou que tenham, enfim, um discurso que fosse absolutamente coerente e unívoco em relação ao seu grupo político. As palavras flutuam por lugares sociais muito diversos, e essa flutuação pode ser o resultado deliberado dos sujeitos que buscam, na linguagem, uma forma primária que atenda às suas pretensões.

A autora valeu-se de dois parâmetros para caracterizar a ingenuidade política. O primeiro, mais genérico, coloca em questão a possibilidade de sujeitos de um grupo político valerem-se da performance de sujeitos de outros grupos. O segundo parâmetro, mais detalhista, mantém ressonâncias com o primeiro e implica processos de absorção do léxico “alheio”, através de processos como o “mascaramento” — o usuário desfaz-se do uso de certas palavras que possam identificá-lo com grupos e situações indesejadas —; como a “simulação”, caracterizada pelo empréstimo que faz do vocabulário de outros grupos; como a “convivência” em fazer uso de um vocabulário de outros grupos, mesmo estando consciente de que não se pautará por suas implicações.

A apropriação do léxico e, mais especificamente, do seu sentido, não é, pelas circunstâncias apontadas por Robin, algo direto e que se traduz por certa imediatez. Isso, porém, não implica descartar movimentos históricos que usurparam a linguagem para fazer dela a sua arma estratégica mais eminente para constranger a expressão da cidadania, para sufocar povos nos seus anseios mais

elementares e, sobretudo, para sua manutenção no poder.

Caberia lembrar aqui dois outros autores que alertaram sobre esse processo de uma apropriação do sentido público, alijando seus usuários naturais — os falantes — do exercício de sua cidadania linguística, aquela que lhes garantia o trânsito livre pelos sentidos, regulados apenas por convenções linguístico-sociais e sem a ingerência de grupos que se alojam no poder e fazem da linguagem um instrumento próprio de sua sustentação. Prado Coelho (1988), no prefácio da tradução portuguesa do **Prazer do texto**, de Barthes, sugere que, após a Revolução dos Cravos, a sociedade portuguesa deveria avaliar o teor de falseamento, de resignificação das formas linguísticas que serviram de sustentação a um regime de intolerância, deixado pelo período salazarista.

A nós, portugueses, compete uma análise muito cuidada de toda a linguagem que durante longos anos nos esmagou. Porque muito para além daquilo que o fascismo foi como realidade cotidiana (da cinza à dor) e para além ainda da base socioeconômica que o determina, precisamos considerar o fascismo português um facto de linguagem. (PRADO COELHO, 1988, p. 17).

Essa revisão a que Prado Coelho convidava os portugueses continua merecendo de todos nós uma vigilância contínua: o poder muda de estilo, assume matizes cromáticos distintos, mas não cede em sua empreitada de se impor no mundo simbólico. Se a luta de classe assenta seus pilares numa batalha obstinada entre o capital e a força de trabalho, é possível que estejamos inaugurando outras formas de conflito para além daqueles marcantes na infraestrutura. A luta simbólica não é nova: a arena do campo discursivo sempre foi instrumentalizada em prol daqueles que se valiam da linguagem para a manutenção do seu lugar de poder.

O segundo relato devemos a Bourdieu (1990), num texto que celebrava a queda do muro que dividia Berlim, denominado “A história do fim”.³ Bourdieu nos mostra a arquitetura de um poder, construído pela apropriação indevida do sentido de palavras como verdade, igualdade e liberdade, que contrasta com o valor natural de seu uso. Bourdieu dizia sobre essa expropriação política do sentido: “O choque das palavras, liberdade contra liberdade, verdade contra verdade, igualdade contra igualdade, poderia nos levar, ao final de uma formidável desvalorização semântica, ao niilismo.” (BOURDIEU, 1990, p. 1).

O que nos mostra Bourdieu, com essa formulação, é que os significantes são mantidos para sustentar o manto de uma aparência libertária à custa de deslizamentos contínuos do significado e mesmo do significante. De fato, os significados são expropriados em razão daquilo que representa uma imposição simbólica do poder. Não há liberdade, não há verdade nem igualdade; mantém-se uma rotulagem ilusória que falseia relações primordiais ao convívio libertário e à expressão da cidadania.

Os dois autores nos colocam diante de fatos históricos distintos, que se aproximam em termos da análise desenvolvida sobre a função da linguagem no processo histórico. Em ambos os casos, colocamo-nos diante de uma denúncia que mostra a necessidade de romper com esse discurso que possibilita estruturar o social como farsa, como engodo e como servil a alguma forma de poder. Embora seja transvestido de uma roupagem vocabular que, à primeira vista, encante pelo seu teor aparentemente altivo, pelos compromissos libertários, pela promoção social, esse discurso não é mais do que uma forma de opressão que visa ao ludibriamento, que falseia as relações simbólicas e sociais mais elementares numa sociedade. O rompimento com esse discurso dogmático que está a serviço de restrições libertárias, da dissimulação da verdade e da implantação de um espírito de intolerância precisa ser enfrentado pelas forças libertárias que atuam numa sociedade.

É claro, porém, que a expectativa de um e outro autor se traduz de forma bastante diferente: Prado Coelho alerta para a corrupção da linguagem que se naturalizara, furtivamente, por um período na vida dos portugueses; Bourdieu denuncia as ambiguidades perversas que se criaram em torno de

³ O título do texto traz a marca de certa ironia ao artigo de Fukuyama — “O fim da história” (1989) —, transformado mais tarde no livro (FUKUYAMA, 1992).

certas categorias em nome das quais muitas esperanças foram destruídas.

Não podemos circunscrever a denúncia desses dois autores como episódica, como uma eventualidade, uma contingência que desfaz todo o seu teor estrutural, disseminado por práticas políticas erráticas, por exercícios de poder idiossincráticos. A expropriação da linguagem é um fato estrutural, ainda que territorialmente cíclico, articulado para prestar serviço a formas de atuação do poder numa sociedade, muitas vezes transformado em poder de Estado. Essa constatação nos leva a uma compreensão mais estreita sobre como certa forma de poder se apropria da linguagem, fazendo dela o seu veículo principal de sustentação.

Toda essa reflexão nos remete a uma forma de expropriação do mundo simbólico que assumiu a designação de linguagem totalitária. A sua percepção imediata a vincula aos regimes totalitários, mas ela parece recobrir mais do que esse atrelamento nominal, para ser um andaime de sustentação de todas as formas de poder que se estruturam em termos de intolerância, do não reconhecimento das diferenças, enfim, do pensamento único. Klemperer,⁴ analisando as transformações da língua alemã no período nazista, chegou a construir um catálogo contendo um conjunto dessas mudanças, ao qual ele denominou de LTI - *lingua tertii imperii*, para mostrar o tipo de linguagem que tomou conta da Alemanha depois que Hitler assumiu o poder. Jean-Pierre Faye, outro autor que pesquisou amplamente a questão no período de dominação nazista na Alemanha, destaca um aspecto histórico da questão:

A invasão desta linguagem [a totalitária] na língua alemã se prenuncia durante os últimos dias da república de Weimar, presa à crise econômica mundial de 1929. E esta linguagem, com efeito, é uma linguagem de crise. Ela infla um partido político minúsculo, representado por doze deputados no *Reischstag*. A partir de 1930, o número de cadeiras que o representa são decuplicadas. (FAYE, 2009, p.20).

Esses fatos apenas situam um foco de poder onde uma forma de linguagem totalitária progrediu com requintes de crueldade, já que de sua construção simbólica passou a uma prática perversa de perseguições inescrupulosas, de humilhações degradantes até o extermínio. Todo esse processo, no seu apogeu, foi construído por práticas de manipulação que faziam de expressões como “purificação racial, eugenia, superação econômica” senhas para fugir a uma mesclagem racial que implicou o extermínio de judeus, de ciganos e de parcelas de outros povos na região.

Aubry e Turpin, numa obra que discute diversos aspectos da linguagem totalitária, levantam diversas questões sobre o teor que tal linguagem possa assumir:

Que traços seriam comuns não importando qual seja a linguagem totalitária, isto é, a linguagem que recobre, então, de maneira genérica, as distinções segundo as épocas, os espaços, os contextos sociopolíticos, linguísticos e culturais? Qual seria, então, a especificidade de uma linguagem totalitária, por oposição a outras linguagens, eventualmente próximas e que se tornam necessárias situar?⁵ (AUBRY; TURPIN, 2012, p. 5).

A pergunta dos autores tem importância para uma análise de emergência da linguagem totalitária em diversos espaços sociais, mas a sua caracterização não parece ser uma tarefa simples. Sabemos que

4 "L'invasion de ce langage dans la langue allemande s'annonce durant les derniers jours de la république de Weimar en proie à la crise économique mondiale de 1929. Et ce langage en effet est un *langage de crise*. Il gonfle un minuscule parti politique représenté au *Reischstag* par douze députés. Dès 1930, le nombre de sièges qui le représentent a presque décuplé." (KLEMPERER, 1996 *apud* AUBRY; TURPIN, 2012, p. 6). "A invasão desta linguagem na língua alemã é anunciada durante os últimos dias da República de Weimar, presa à crise econômica global de 1929. E essa linguagem, na verdade, é uma linguagem de crise. Ela infla um pequeno partido político, representado no *Reischstag* por doze deputados. Desde 1930, o número de assentos que o representam aumentou quase dez vezes.

5 Tradução livre dos autores. No original: "Quels traits seraient communs à n'importe quel langage totalitaire, le langage recouvrant alors d'une façon générique les distinctions selon les époques, les espaces, les contextes sociopolitiques, linguistiques et culturels? Quelle serait alors la spécificité du langage totalitaire, par opposition à d'autres langages, éventuellement proches, et qu'il faudrait situer?"

historicamente ela se faz representar pelo esvaziamento das formas linguísticas para lhes impor um outro padrão de significação, o que está refletido em parte no catálogo de Klemperer. Uma linguagem totalitária mantém alguma forma de conexão com circunstâncias políticas de autoritarismo, de intolerância, de pensamento único, de fascismo.

A extensão que o próprio termo totalitário assume leva, de certa forma, a naturalizá-lo, e o teor linguístico de sua expressão não ressoa como algo estranho, diferente, dentro da comunidade, a não ser para olhares mais acurados — como o de Klemperer naquele momento — que sejam capazes de perceber nuances na transformação constante dos padrões linguísticos.

Toda análise e percepção dos fatos políticos através da linguagem exigem uma compreensão de detalhamento que nem sempre pode ser alcançada de imediato, além de ficarem circunscritas a um fato histórico específico, quando se avança para uma dimensão de análise. A transparência e a imediatez esperadas podem não ser vivenciadas no instantâneo dos fatos vividos: aqui poderia estar presente uma manifestação da ideologia que não pode ser concebida como sinônimo de truculência, de arbítrios escancarados. A ideologia, como formula Althusser (1974), opera com a dissimulação, com o falseamento sobre as relações com o real. A ideologia amacia o mundo da barbárie, fazendo dele uma instância palatável, mas pela dissimulação do real. Pensamos numa extensão dessa formulação para o campo da linguagem: uma linguagem totalitária pode assumir esse teor dissimulativo que se preocupa em escamotear aquilo que incorpora de perversidade para ser servil a certas práticas de poder.

Muitos estados totalitários conseguiram ser bem-sucedidos, até certo ponto, por esse teor dissimulado com as formas reais de ver os objetos, as relações com o mundo. Talvez nesses lugares esteja alojada a existência mais eficaz do poder, que não se traduz pela perversidade escancarada para muitos dos seguidores, mesmo que tenha a forma da arrogância, da prepotência como marca possível do pensamento totalitário. Uma das formas mais subliminares, como veremos num comentário à frente, dessa apropriação da linguagem reporta aos objetos do campo jurídico: em nome da justiça, comete-se, sob aplausos dos incautos, um extenso rol de barbaridades. Justiça, no nosso convívio diário, transformou-se num arcabouço que se materializa em função de interesses locais, quase sempre movidos por um rastro de ódio de classe. Concomitantemente a esse esvaziamento de valores naturais que os signos vão deixando de materializar, assistimos a uma prática judiciária que estarrece pelo seu teor de parcialidade, de orientação partidária, de preferências classistas, de que as práticas no âmbito dos tribunais vão se tornando cada vez mais reveladoras.

Quando se fala desse esvaziamento das formas, não se tem clareza sobre o quanto do significado de um signo permanece na nova ordem e sobre o quanto é descartado e transformado. Os grandes conceitos que compõem as relações numa sociedade (nacionalismo, socialismo, democracia, estado, cidadania, direitos civis, direitos trabalhistas, presunção de inocência, inclusão social, etc.) estão sujeitos a um processo contínuo de deformações, e grande parte deles deve figurar no rol das linguagens totalitárias. Será que não vivemos, hoje, no Brasil, o esvaziamento de muitas dessas categorias? Não estaríamos, portanto, vivendo sob a condição de uma linguagem totalitária?

3 A emergência de uma linguagem totalitária

Determinar as condições sob as quais podemos admitir a emergência de uma linguagem totalitária não representa uma tarefa simples de ser realizada. O exemplo histórico que serviu de base para a sua modelagem não pode ser assumido como um padrão determinante para a sua recorrência, dadas as circunstâncias históricas que serviram de base ao seu surgimento.

Assim, o caráter diacrônico que marcou a pesquisa de Klemperer poderá ser substancialmente diferente de uma fotografia sincrônica que possamos fazer de eventos e circunstâncias aos quais

podemos atribuir um valor totalitário quanto à sua forma de se organizar simbolicamente. Mesmo que os regimes totalitários sejam considerados base para a emergência natural de uma linguagem totalitária, seria preciso admitir faixas desse totalitarismo que funcionam em instâncias diversas de uma sociedade e que mostram pregnâncias mais evidentes à emergência de uma linguagem totalitária. As nuances funcionais de tal linguagem são muitas e, conforme expressa Faye, o teor do próprio termo totalitário precisa ser colocado em questão:

“À guisa de prólogo, destacaria uma evidência preliminar: a questão da *linguagem totalitária* se abre para a necessidade de interrogar o próprio termo *totalitário* — notadamente sobre o momento de sua aparição. Ele se junta, portanto, a muitos campos de linguagens decisivas”⁶¹⁶ (FAYE, 2012, p.17).

Considerando que algumas das características supostas pelo autor já foram discutidas na primeira parte deste texto, apresentamos, em linhas gerais, alguns dos aspectos que Turpin considera essenciais na configuração de uma linguagem totalitária, a partir do estudo que faz da obra de Klemperer:

[...] as observações de Klemperer nos permitem circunscrever algumas características que nos parecem específicas ao totalitarismo e que formam o que chamamos aqui de uma semiótica da linguagem totalitária. São estes os traços: a linguagem totalitária investe em todos os canais e suportes; investe também nas esferas públicas como nas esferas privadas; possui uma *homogeneidade assustadora*; está irredutivelmente ligada à violência e à morte. É uma linguagem que *sente o sangue e a morte*, como diria Klemperer; é uma linguagem forçada, a-histórica, inteiramente ideológica; ela afasta o sujeito do seu próprio pensamento; é uma linguagem do tipo místico.⁷¹⁷ (TURPIN, 2012, p. 66-67).

Os domínios desenhados por Klemperer para traçar o que representou a *lingua tercia imperii*, como mostra Turpin, são extensos e muito diversificados, pois exteriorizam a materialidade de canais e suportes até o âmago do pensamento dos sujeitos. O grande desafio que essa caracterização nos coloca é o de mostrar como podemos migrar dela, com sua estrutura fundamentada numa vasta pesquisa das formas e do funcionamento da língua alemã, num contexto histórico específico, para outras instâncias históricas em relação às quais podemos apontar algum tipo de semelhança funcional para a linguagem.

Turpin detalha aspectos de cada um desses itens, tendo como referência fatos especificamente localizados na pesquisa de Klemperer. Uma extensão mais precisa desse quadro, em toda sua dimensão, requer uma pesquisa ampla, dentro de um momento histórico também condizente com as condições que possibilitaram a Klemperer desenvolver sua análise. Neste artigo, vamos, de modo especial, destacar alguns pontos que guardam uma semelhança com aquilo que percebemos hoje como uma emergência da linguagem totalitária. Essa aproximação é apenas exemplificativa de fenômenos dispersos, longe do teor global da análise de Klemperer, para os quais podemos antever uma dimensão totalitária.

Gostaríamos, nessa ilustração, de lançar a hipótese de um padrão de linguagem totalitária que se materializa no Brasil de hoje numa aliança entre o Judiciário e a mídia tradicional. Essa aliança, em muitos momentos, lembra, guardadas as proporções, o que Klemperer denominava de uma “homogeneidade assustadora”. A sintonia entre esses dois setores sociais assusta pelo seu teor uniforme de pensamento único, de consenso, de parcialidade para classificar certos segmentos sociais ao lado da ilegalidade, mesmo na ausência de quaisquer elementos mais significativos, enquanto outros são qualificados no campo da legalidade, apesar dos ilícitos materiais.

O teor dessa homogeneidade é tecido a partir de certas categorias — “combate à corrupção, prisão

6 Tradução livre dos autores. No original: "En guise de prologue, je soulignerai une évidence préliminaire: la question du 'langage totalitaire' s'ouvre sur l'urgence de s'interroger sur le mot 'totalitaire' lui-meme — sur son point d'apparition notamment. Il rejoint alors bien des champs de langages décisifs".

7 Tradução livre dos autores. No original: “[...] les observations de Klemperer nous permettent de circonscrire des caractéristiques qui nous semblent être spécifiques au totalitarisme et qui forment ce que nous appelons ici une sémiotique du langage totalitaire. Ces traits sont les suivants: le langage totalitaire investit tous les canaux, tous les supports; il investit les sphères tant publiques que privées; ce langage a une ‘homogénéité effroable’; il est irréductiblement lié à la violence et à la mort. C’est un langage qui ‘sent le sang e la mort’, dira Klemperer; c’est un langage forcé, anhistorique, entièrement idéologique; il désinvestit le sujet de sa propre pensée; c’est un langage de type mystique.”

de corruptos, abertura de processos, delação premiada, condução coercitiva, punição aos corruptos” — que se transformam em uma unanimidade entre esses dois setores que atuam um como complemento uniforme do outro. A imprensa decide *a priori* quem deve ser julgado, quem deve ser punido, e os tribunais ratificam todos esses posicionamentos. Existe uma escalada de protecionismo classista que chega a estarrecer até mesmo os mais ingênuos. A qualificação dos crimes no escopo dessa linguagem é partidária, pois os tribunais agem com recusas de procedimentos previstos pelo ritual, em função da identidade do réu. Ilações geradas por um denunciamento leviano — delação premiada — têm um valor maior do que apropriação pecuniária não justificada legalmente. As acusações de cidadãos fragilizados pela ameaça de punições assumem um peso imponderável quando o objetivo é punir os desafetos partidários.

Esses procedimentos são reproduzidos pela mídia tradicional como absolutamente naturais, como condutas do alto escalão da justiça para salvaguardar o país da corrupção, para isolar do meio social aqueles cidadãos, aquelas organizações sociais que julgam como indesejáveis, porque promovem ações libertárias, ações de inclusão e ações que buscam um patamar de equilíbrio social, político e econômico na sociedade. Faye (2009) considerava, numa dimensão, a linguagem totalitária como uma “linguagem de crise”, podemos converter essa formulação do autor para uma “linguagem do ódio” que a mídia tradicional não cansa de disseminar, empolgando os seus adeptos nas redes sociais a uma potencialização de ódio sem precedentes.

Tomando-se então o cenário sociopolítico do Brasil pré e pós-golpe 2016 e as discussões colocadas pelos autores aqui mencionados, em que bases podemos conceber o esquema de emergência de uma linguagem totalitária no Brasil? Ou, dito de outra forma, que elementos podemos elencar como representativos dessa linguagem nesse contexto? No exercício de estruturar essa reflexão, trazemos aqui alguns aspectos que podem se configurar como relevantes na caracterização de uma linguagem totalitária aos moldes do Brasil contemporâneo. No esforço de compreender essas bases, a primeira ação necessária é trazer a mídia corporativa como o instrumento/suporte de um sistema de propaganda⁸ que, ideologicamente, ressignificou acontecimentos e operou a partir de um viés tendencioso. A partir de determinado momento, tal ação é suportada pela parceria estabelecida, de forma velada, com o sistema Judiciário, que funcionou como voz de autoridade a dar base às informações transmitidas. A partir desse pressuposto, elencamos, então, os elementos conformadores dessa linguagem totalitária, quais sejam:

1. Criminalização da política por meio de um destaque sistemático a um viés negativo dessa prática/ação (dando grande destaque a um tema recorrente, presente em boa parte do noticiário, que foi a corrupção);
2. Construção de enunciados narrativos que privilegiam o espetáculo, o místico, em detrimento do racional;
3. Ressignificação e abordagem dos acontecimentos numa perspectiva a-histórica: não há um passado subjacente a alguns fatos;
4. Silenciamento reiterado, não aleatório, em relação a assuntos e personagens específicos;
5. Simulacro e realidade frequentemente se misturam, criando uma perspectiva de termos e conceitos repletos de significados — “bolivarianismo, luladrão, petralhas, comunopetismo, pedaladas, esquerdopata”;
6. Um grande tema/conceito se impõe — ou é imposto — e passa a nortear a vida em sociedade: “corrupção”, apresentada sob a ótica de algo até pouco tempo inédito no país, uma ficção bem construída, sempre trazida à cena por um viés de autoridade (Judiciário);

⁸ Conforme já descrito a partir da abordagem de Hannah Arendt, trazida à discussão no item 1, Totalitarismo.

7. Estabelece-se uma mobilização contra o livre pensamento, em que impera o desejo de impedir o outro de falar — o direito à palavra e à expressão é cassado. Temos como exemplos, recentemente, a retaliação à exposição **Queer Museum**, pela Escola Sem Partido, a intimidação policial contra autoridades acadêmicas, a tentativa de cerceamento de atividades acadêmicas;
8. Há uma recusa sistemática à diversidade, uma defesa persistente de valores familiares com pretensões à moralidade;
9. É estabelecida ainda uma polarização, em termos de campos conceituais: nós *vs.* eles, com extensões qualificadas entre democratas *vs.* comunistas, cidadãos *vs.* bandidos, honestos *vs.* corruptos;
10. Há uma deformação programática de conceitos, de posturas, disseminada por uma mídia solícita em destruir reputações que não se ajustam ao seu figurino ideológico, numa sociedade sedenta de justiciamento.

Nessa construção bem arquitetada, queremos retomar dois aspectos discutidos por Arendt em relação ao totalitarismo. O primeiro refere-se à estratégia do domínio totalitário, usando obviamente a propaganda, de trazer à tona (pela construção reiterada do noticiário) medos que compõem o imaginário da população, no caso do Brasil, medo da violência, do desemprego, da queda no padrão de vida. Há um anseio por coerência na explicação dos fatos, e a propaganda totalitária se encarrega disso, trabalhando os fatos ressignificados num arranjo lógico, coerente: “Há uma crise econômica. A pior já vivida no país. Você não conseguirá nem mais comprar tomate. Não poderá ir a Miami. É preciso tirar a presidente culpada por isso. Ela deu pedaladas. Ela é corrupta”.

Fecha-se um ciclo absolutamente lógico e autoexplicativo, na orientação de uma pretensão à explicação total dos fatos.

Considerações finais

Gostaríamos de concluir esta reflexão a partir de uma formulação de Prado Coelho, ajustando-a em tempo, espaço e agentes às nossas circunstâncias: “Mas temos ainda necessidade de analisarmos a linguagem que nos intoxicou: os discursos políticos oficiais e as intermináveis paráfrases dos seus comentadores radiofônicos, jornalísticos e televisivos” (PRADO COELHO, 1988, p. 19).

Vivemos o presente dessa intoxicação discursiva de intolerância, gerada pela associação de uma mídia tradicional com um Judiciário (com as exceções devidas), cada vez mais aprofundada, em que não há condescendência, porque o ódio despejado contra os mais fragilizados, os inimigos eleitos, domina, substancialmente. Faye (2009), por ter analisado os efeitos do Zyklon B, atenuados e incorporados numa semântica nazista, apontava a dimensão de morte que estava embutida numa linguagem totalitária; é possível que esse pesticida ainda seja para nós apenas uma metáfora, mas inscrita no campo conceitual do extermínio. É essa construção simbólica que nos desafiará, em algum momento, para uma análise mais criteriosa.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1974.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.
- BOURDIEU, P. A história do fim. **Folha de São Paulo**, maio/1990, p. 3.
- FAYE, Jean-Pierre. Poética e narrativa. In: FAYE, J.-P. **Introdução às linguagens totalitárias: teoria e transformação do relato**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- FAYE, Jean-Pierre. Langages totalitaires, la crise, la guerre. In : TURPIN, Béatrice. (Dir.) Victor Klemperer. **Repenser le langage totalitaire**. Paris : CNRS Editions, 2012. p. 17-33.
- FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- LASSWELL, Harold D. A linguagem do poder; O estilo na linguagem da política. In: LASSWELL, H. D. **Linguagem na política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979. p. 59-78.
- PRADO COELHO, E. Aplicar Barthes. In: BARTHES, R. **O prazer do texto**. Lisboa: Edições 70, 1988. p.9-30.
- ROBIN, Régine. **História e Linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- TURPIN, Béatrice. Sémiotique du langage totalitaire. In : AUBRY, Laurence; TURPIN, Béatrice (Dir.). Victor Klemperer. **Repenser le langage totalitaire**. Paris : CNRS Editions, 2012, p. 59-75.

